



Uma aproximação teórica entre os postulados do ideal de sustentabilidade e a *Sociologia das Ausências* de Boaventura Sousa Santos

**Carlos José Saldanha Machado¹
Maristela Barenco Corrêa de Mello²
Fátima Branquinho³**

Resumo

Diante da complexidade das ações e inter-relações entre os atores voltados para a realização do ideal de sustentabilidade, cabe se perguntar se é possível pensá-la em sociedades em vias de desenvolvimento, como a brasileira, com base nas tecnologias intelectuais disponíveis, ou, é preciso buscar uma alternativa epistemológica para fazer face ao modo dominante de pensar cientificamente as relações sociais? O presente artigo tem como objetivo estabelecer uma aproximação teórica entre os postulados de *sustentabilidade* e a *Sociologia das Ausências* de Boaventura Sousa Santos. Baseando-se no relato de algumas experiências sociais, na

Recebimento: 18/8/2010 • Aceite: 31/5/2011

¹ Doutor em Antropologia pelo Université Paris Descartes, Pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Professor do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPG-MA/UERJ). End: Fundação Oswaldo Cruz.

Av Brasil, nº 4365 - Pavilhão Haity Moussatché, Sala 206^a Manguinhos. Rio de Janeiro, RJ - Brasil. E-mail: carlos.saldanha@pesquisador.cnpq.br

² Doutoranda em Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPG-MA/UERJ)

E-mail: stelabarenco@oi.com.br

³ Doutora em Ciências Sociais. Professora do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPG-MA/UERJ). E-mail: fatima.branquinho@uol.com.br

terceira seção iremos evidenciar as possibilidades de construção do diálogo proposto. Concluímos formulando algumas considerações provisórias que apontam para a continuidade da reflexão aqui iniciada para levar em conta, dessa vez, a *Sociologia das Ausências* e o *Trabalho de Tradução*, partes constitutivas do modelo de leitura sociológica das sociedades em vias de desenvolvimento praticado por Santos.

Palavras-chave: Brasil; Boaventura Souza Santos; Ideal de Sustentabilidade; Sociologia das Ausências

A theoretical approach between the assumptions of ideal sustainability and the *Sociology of Absences* by Boaventura Sousa Santos

Abstract

In view of the complexity of actions and interrelations between authors aimed at the achievement of ideal sustainability, it's important to question whether it is possible to think about it in societies under development, such as the Brazilian, based on intellectual technologies available, or, do we need to seek an epistemological alternative to overcome the dominant way of thinking scientifically about social relations? The purpose of this article is to establish a theoretical approach between the assumptions of *sustainability* and the *Sociology of Absences* by Boaventura Sousa Santos. Relying on account of some social experiences, in the third section we will highlight the possibilities of constructing the proposed dialogue. We conclude by making some provisional considerations related to the continuity of the discussion initiated herein to take into account, this time, the *Sociology of Absences* and *Translation Work*, parts that comprise the model of sociological literature of the societies under development practiced by Santos.

Keywords: Brazil; Boaventura Souza Santos; Ideal of Sustainability; Sociology of Absences

Introdução

Vivemos em um contexto histórico de profundas crises e contradições. Vistas de uma forma fragmentada são inúmeras crises que se sobrepõem. Numa perspectiva sistêmica, contudo, podemos compreender tais crises como sintomas interdependentes de uma crise-causa: os limites paradigmáticos de um modelo de civilização e desenvolvimento que vem sendo consolidado no Ocidente nos últimos séculos e, intensificado nos últimos 30 anos, com a predominância do capitalismo liberal anglo-saxão que tem se esforçado em uniformizar a humanidade. Mas as evidências da exaustão deste modelo conhecido como globalizações neoliberais fazem-se notar em sua incapacidade em gerar riqueza sem gerar, concomitantemente, exclusão e desigualdade, violência estrutural, degradação ambiental e manipulação da informação e standartização de sistemas de pensamento e de critérios de julgamento intelectual (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999).

Marcados pela globalização neoliberal, os capitalismo nacionais convergem para a criação de novos mercados (os governos fazem escolhas monetárias de políticas macro-econômicas, liberalizam os mercados financeiros, privatizam as empresas nacionais, desregulam a regulamentação comercial, flexibilizam os mercados de trabalho e reduzem os orçamentos da proteção social) mantendo, ao mesmo tempo, uma forma usual e consensual (ainda que genérica) de apostar no “desenvolvimento” como uma idéia correlata de crescimento, de progresso e de evolução humana, o ideário de todos os processos bem sucedidos (HARVEY, 2007). Sua ênfase possui uma base técnico-econômica, mensurável apenas por indicadores de crescimento e receita. Tal idéia, que postula a infinitude dos recursos naturais e a infinitude do desenvolvimento rumo ao futuro, constitui um determinado tipo de ser humano, de relação com a natureza e um modelo de sociedade. Por isso, tal conceito de desenvolvimento, hoje, numa perspectiva crítica, é sempre relativo e problemático, ainda que composto com o adjetivo de “sustentabilidade”, ideal que tem sido alvo de intenso investimento de pesquisas, ao longo dos últimos vinte anos, em diferentes campos disciplinares tanto das ciências naturais e exatas quanto nas sociais e humanas, resultando em centenas de conceituações de diferentes matizes ideológicas (BECKER, 2001; VEIGA, 2006).

Mas, diante da complexidade das inter-relações constitutivas do ideal de sustentabilidade, cabe se perguntar se é possível pensá-la com base nas tecnologias intelectuais (conceitos, metodologias, hipóteses, premissas, teorias) que dispomos hoje e que mediatizam nossa

compreensão do ambiente que fazemos parte? Será que o modo de raciocínio habitual que dispomos para a compreensão da vida em sociedade nos permite agir para alcançarmos esse ideal? Ou será que precisaremos de novas tecnologias intelectuais resultantes de uma leitura crítica da dinâmica contemporânea e uma alternativa epistemológica para fazer face ao modo dominante de pensar as coisas do mundo?

Procurando trazer elementos de resposta às questões que nos interessa, o presente artigo tem como objetivo estabelecer uma aproximação teórica entre os postulados teóricos de *sustentabilidade* e a *Sociologia das Ausências* de Boaventura Sousa Santos. A pertinência dessa aproximação deve-se ao fato, em primeiro lugar, da pesquisa de Santos, denominada por ele de *A reinvenção da emancipação social*, ter escolhido o Brasil como um dos países a serem pesquisados, por identificar nele conflitos significativos entre os projetos hegemônicos e contra-hegemônicos à globalização neoliberal. Seu objetivo é a identificação de experiências e práticas alternativas à globalização neoliberal e ao capitalismo global que se produzem de forma contra-hegemônica por movimentos e grupos de base. Some-se a isso o fato de se tratar de uma sociologia que busca conferir legitimidade e tornar presente as invisibilidades que foram sendo produzidas pelo modelo hegemônico como não-existências, sugerindo monoculturas de pensamento, relações lineares e uma possibilidade de mundo. Finalmente, a pesquisa de Santos propõe categorias para uma nova racionalidade, inaugurando um novo referencial para se pensar as alternativas contra-hegemônicas que em muito contribuem para um conceito de sustentabilidade e para o aprimoramento das políticas públicas que ensaiam tais alternativas.

O artigo foi dividido em cinco seções. Além dessa Introdução à problemática analisada e às questões a serem respondidas, faremos uma breve genealogia e apresentação das perspectivas atuais do conceito de *Sustentabilidade*. Em seguida buscaremos aprofundar a *Sociologia das Ausências*, apresentando-a através de suas cinco lógicas de produção de não-existência e cinco lógicas alternativas, que Santos (2004) irá chamar de *Ecologias* e, mesmo sem um aprofundamento rigoroso, iremos explicar os dois outros procedimentos complementares à *Sociologia das Ausências*: a *Sociologia das Emergências* e o *Trabalho de Tradução*. Baseando-se no relato de algumas experiências sociais, na terceira seção iremos evidenciar as possibilidades de construção do diálogo proposto. Concluímos formulando algumas considerações provisórias que apontam para a

continuidade da reflexão aqui iniciada para levar em conta, dessa vez, *A Sociologia das Emergências* e o *Trabalho de Tradução*, partes constitutivas do modelo de leitura sociológica das sociedades em vias de desenvolvimento praticado por Santos.

Sustentabilidade - genealogia e perspectivas atuais

O conceito de sustentabilidade emergiu com força pela primeira vez no cenário internacional, segundo Machado (2000), no informe final da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, “Nosso Futuro Comum”, escrito em 1987, e depois foi ressaltado como conceito central pela “Cúpula da Terra” ou “Rio-92” no documento base da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). Foi aí também que nasceu a Agenda 21, como uma agenda de desenvolvimento sustentável, consensualizada por representantes de 179 nações.

Nos anos 70 e 80 sustentabilidade ficou também conhecida como *ecodesenvolvimento*, nomeado pelo canadense Maurice Strong, na tentativa de caracterizar uma modelo diferente de desenvolvimento. Gómez (2001:97) resume os seis princípios básicos do *ecodesenvolvimento*, formulado pelo autor de ampla penetração no meio acadêmico brasileiro, Ignacy Sachs: “a satisfação das necessidades básicas; da solidariedade com as gerações futuras; a participação da população envolvida; a preservação do meio ambiente; o fortalecimento de um sistema de seguridade sociocultural; e os programas de educação”.

Ainda na década de 70, a Conferência sobre Meio Ambiente Humano organizada em Estocolmo pelas Nações Unidas (1972), irá definir para as relações internacionais os princípios desta concepção. Quinze anos depois tal conceito será utilizado para definir o termo “desenvolvimento sustentável”, no Relatório Brundtland, encomendado pelas Nações Unidas em 1987: “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”.⁴ De acordo com Acselrad e Leroy (2001:17), ainda que o Relatório propague este novo conceito, a introdução do documento não deixa dúvida em relação ao modelo em questão: “hoje, precisamos de uma nova era de crescimento econômico, um crescimento vigoroso e, ao mesmo tempo, social e

⁴ Relatório Nosso Futuro Comum, produzido pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida, a pedido da ONU, pela norueguesa Gro Harlem Brundtland.

ambientalmente sustentável”. Esse enunciado sugere claramente um propósito de conjugar sustentabilidade com crescimento econômico e vigoroso.

Ainda que desenvolvimento sustentável possa vir associado à sustentabilidade, Acselrad e Leroy (2001, p. 19;41) fazem a crítica de que o adjetivo “sustentável”, conjugado com o “desenvolvimento” (uma premissa universal e natural) significa para uma classe dominante tão-somente durabilidade, para que o desenvolvimento se eternize: “para o senso comum empresarial, desenvolvimento sustentável significa produzir sujando menos”. Ainda se entende a “Sustentabilidade” como um conceito que se refere, sobretudo, à área econômica, ou então, à área ambiental, concebendo-a como desarticulada de todas as outras. Nenhuma das compreensões será neutra. Através das inúmeras definições e compreensões perpassam visões e projetos de mundo, nem sempre alternativos ao modelo hegemônico, da forma como Boaventura se coloca à procura.

Em síntese, nesse artigo, a chamada Sustentabilidade não se pretende adjetivo ao modelo desenvolvimentista clássico e nem significa apenas uma maneira do sistema se eternizar a partir de uma mesma lógica. O sustentável em questão assume a complexidade interdependente e multidisciplinar proposta por Silva (2005:38) expressa em 6 princípios de ação: (1) ser socialmente justo [implica numa inclusão dos três quintos da humanidade em modelos mais eqüitativos de produção e reprodução da vida]; (2) ser economicamente viável [na busca da consolidação de economias mais solidárias e cooperativas, que não tenham como finalidade a acumulação do capital e nem a redução do ser humano e da natureza como moedas de troca e acumulação de capitais]; (3) ser politicamente ética [pela perspectiva democrática, transparente, por novas formas mais coletivas de exercício do poder e do controle do poder]; (4) ser culturalmente aceita [levando-se em conta a diversidade cultural do nosso planeta, o direito dos povos às suas tradições, ritualidades, formas de produção e relação]; (5) ser ambientalmente ecológica [que implica em um esforço em perceber a interdependência de todos os seres vivos e não vivos e em manter a harmonia e o equilíbrio deste Sistema]; (6) ser geracionalmente inclusiva [conceito novo à luz de uma Cidadania Planetária, que reconhece o direito das futuras gerações em herdarem um planeta melhor, mais saudável e preservado].

Importa entendermos que a realização da Sustentabilidade não se restringe à adoção de um ou mais princípios de ação pelos atores

sociais porque estamos diante de um processo internacional de construção coletiva que assume feições distintas na diversidade das sociedades humanas. Becker (2001:73) postula que a sustentabilidade não é um padrão dado *a priori*, mas construído na diversidade de cada grupo humano. O sustentável é a inter-relação de todos aqueles princípios de ação enunciados anteriormente em um esforço claro e intencional de se construir modelos de sociedade de fato alternativos, inspirados em outras lógicas e racionalidades e em outras premissas de mundo, existência e relações.

Antes de começarmos a descrever e analisar o modelo sociológico de Boaventura de Sousa Santos, importante ressaltar que a sua *démarche* compreende três procedimentos sociológicos interdependentes. Tanto a Sociologia das Ausências, como a Sociologia das Emergências e o chamado Trabalho de Tradução fazem parte de um mesmo processo de análise e busca de alternativas sociológicas. Contudo, por limitações de ordem editorial [tamanho do artigo] e, sobretudo, devido à amplitude e profundidade da perspectiva sociológica proposta, trabalharemos aqui na construção de um diálogo apenas com um desses procedimentos. Nesse sentido, faremos uma descrição e análise das idéias, conceitos e argumentos apresentados e defendidos por esse autor em relação à Sociologia das Ausências que é um procedimento investigativo que nasce, segundo Nunes (2008, p.89), da constatação da “in(capacidade) dos modos de conhecimento hegemônico” ou seja, o modelo de racionalidade ocidental, chamado por ele de Indolente, produtor de apagamentos, invisibilidades e não-existências nas experiências que sugerem outros modelos de mundo. Santos nos adverte que não precisamos de uma ciência nova que dê legitimidade a estas experiências, mas sim de uma nova racionalidade.

Por uma racionalidade sociológica que legitime as chamadas alternativas sociais

O texto de Santos que ora nos inspira, *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente* (2004), diz respeito a profundas reflexões epistemológicas emergidas de um projeto de investigação do autor denominado *A reinvenção da emancipação social*. O objetivo de tal projeto era investigar possíveis alternativas à globalização neoliberal e ao capitalismo global, produzidas de forma contra-hegemônica pelos movimentos sociais e organizações não-governamentais em suas práticas, e avaliar em que medida a globalização alternativa está a ser produzida a partir de baixo e quais são suas possibilidades e limites.

Tal pesquisa foi realizada em 6 países, partindo da hipótese que há nestes países há embates mais explícitos entre o projeto de globalização neoliberal hegemônica e a contra-hegemônica: Moçambique, África do Sul, Brasil, Colômbia, Índia e Portugal. A metodologia de pesquisa consistiu na realização de entrevistas a ativistas e lideranças, movimentos e experiências em 5 temáticas que condensam os conflitos Norte/Sul: democracia participativa; produção e economia solidária; multiculturalismo; alternativas aos direitos de propriedade intelectual; novo internacionalismo operário.

São eixos da proposta algumas questões paradigmáticas: a) identificar outros discursos e narrativas de mundo, buscando já legitimar outras inteligibilidades; b) conduzir o projeto fora dos centros hegemônicos de produção da ciência social, com objetivo de criar comunidade internacional autônoma, buscando já legitimar outros lugares epistêmicos; c) identificar diferentes culturas e formas de interação entre cultura e conhecimento, bem como conhecimento científico e não-científico, buscando legitimar formas amplas de construção do conhecimento; e debruçar-se sobre iniciativas alternativas e locais, buscando legitimar outros critérios para o fazer político. A conjugação destes fatores e circunstâncias conduziram a três conclusões iniciais muito importantes: primeiramente, a de que a experiência social mundial é muito mais ampla, complexa, rica e variada do que a tradição científica e filosófica ocidental conhece e valoriza; em segundo lugar, constata-se um desperdício da riqueza social, cuja evidência se faz notar no fato coletivo de que não se possibilita visualizar alternativas. A este respeito, Mello (2008, p.36) comenta observando “que a eficácia da tarefa da racionalidade ocidental mede-se na impressão nítida que possuímos de falta de alternativas em todas as dimensões da vida, em referência a todas as formas de expressão da lógica da cultura hegemônica”; em terceiro lugar, para combater o desperdício há que se ter mais que outra ciência social, mas um modelo diferente de racionalidade, que não só não produza esses apagamentos e invisibilidades, mas que nos forneça categorias que possibilitem dar novos nascimentos às práticas que se efetivam, ainda que isoladamente.

Santos almeja com sua pesquisa não apenas fazer a crítica ao modelo hegemônico de racionalidade, que ele irá chamar de Razão Indolente, na perspectiva de Leibniz⁵, mas lançar as bases de outro

⁵ Boaventura retoma um conceito proposto pelo filósofo alemão Gottfried Wilhelm Leibniz, em sua obra *Teodicéia*, que faz a crítica a uma razão preguiçosa, indolente e resignada, crença dos antigos em relação à força fatalista de um destino como uma

modelo, que ele chamará de Razão Cosmopolita, e que se constitui procurando fundar três modelos sociológicos denominados: a) A Sociologia das Ausências; b) A Sociologias das Emergências; c) O Trabalho de Tradução.

A crítica à Razão Indolente parte de algumas premissas tomadas como ponto de partida da pesquisa: 1) A compreensão de mundo é mais que a compreensão ocidental de mundo; 2) A compreensão de mundo e a forma como cria e legitima o poder social tem a ver com as categorias de tempo e temporalidade; 3) A característica fundamental da racionalidade ocidental é o fato de contrair o presente [concepção de totalidade] e expandir o futuro [planificação linear histórica]. A Razão Cosmopolita proposta seguirá uma trajetória inversa: a expansão do presente, através de uma sociologia das ausências, e a contração do futuro, através de uma sociologia das emergências, com o objetivo de criar espaço-tempo necessário para valorizar a experiência e evitar o desperdício. Por fim, Santos nos propõe um Trabalho de Tradução [de saberes e práticas], com o objetivo de promover interações inteligíveis entre as diferenças sem que se suprima e reduza identidades, como uma alternativa a qualquer Teoria Geral, sobretudo em relação à emancipação, que é um procedimento da ordem da impossibilidade. Tal *Trabalho de Tradução* parte da premissa de que a realidade é sempre incompleta e aberta à complementaridade.

A Crítica de Santos à Razão Indolente

Iniciando a crítica do que chamou Razão Indolente, Sousa postulou que tal modelo de racionalidade se arroga a pretensão de transformar interesses hegemônicos em conhecimentos verdadeiros e que ela sempre presidiu os debates científicos, filosóficos e epistemológicos. Ele irá dividir a Razão Indolente em 4 tipologias, privilegiando apenas a crítica da Razão Indolente sob a forma **Metonímica** (que se reivindica como única forma de racionalidade e quando busca descobrir outras, torna-as objetos [a parte tomada pelo todo]) e **Proléptica** (que não pensa o futuro, porque julga conhecê-lo e o concebe de forma linear, automática e infinita do presente [idéia linear de progresso, futuro]), porque considera que as duas primeiras,

realidade dada, em relação à qual não há nada o que se fazer e cuja alternativa é gozar o momento presente.

a Impotente e a Arrogante, fundacionais, têm já suscitado muito mais debate.

O totalitarismo arbitrário da Razão Metonímica

Em relação à crítica da *Razão Metonímica*, Santos observa que ela é obcecada pela idéia de totalidade sob a forma de ordem. O todo nada mais é do que uma das partes transformada em termo de referência para as demais. Cria uma única lógica homogeneizadora que vem do todo para as partes. Estas não existem fora dessa relação e sua variabilidade não afeta o todo [menor que as partes]. A dicotomia é a forma mais acaba da de totalidade: combina elegantemente [oculta] a simetria [horizontalidade] com a hierarquia [verticalidade]. Assim são entendidas as dicotomias: homem-mulher/ civilizado-primitivo/ conhecimento científico-popular... sendo que um dos termos é sempre residual. Mello (2008: 34-54) exemplifica esta razão, evidenciando que

[...] não bastou criar-se uma forma médica para pensar a saúde, precisou-se nomear curandeirismo e bruxaria as formas outras de relação com a saúde. Não bastou construir uma sociedade letrada, precisaram-se tomar como “doença social” e como primitivismo as culturas orais, ou seja, produzir um sentido de ignorância a ser temido e combatido pelas luzes da razão científica.

As duas conseqüências desta forma de razão é que não existe inteligibilidade fora da razão metonímica, já que ela nega que o mundo é mais que a compreensão ocidental de mundo; e que as partes não existem fora da relação com essa totalidade dicotômica, olvidando que essas partes podem se constituir totalidades à luz de si mesmas e de outras partes.

A Razão Indolente contraiu o presente, fazendo com que a riqueza das experiências seja desperdiçada. Daí a importância de uma nova temporalidade, que possa ampliar o mundo e evidenciar as riquezas que têm sido desperdiçadas. Pode-se dilatar o presente através de dois procedimentos que desestruturam a razão metonímica: a multiplicidade de totalidades, fazendo com que a razão metonímica se veja obrigada a coexistir com outras totalidades; a emancipação das partes através da afirmação de sua heterogeneidade e autonomia, quer seja porque a referência a uma totalidade é sempre precária, quanto porque cada parte constitui também totalidade e que pode migrar para outras totalidades-referência. Boaventura propõe pensar os termos das

dicotomias fora das articulações e relações de poder que os unem, para libertá-las dessas relações e para revelar outras relações alternativas que são negadas insistentemente.

Nesse sentido, a Sociologia das Ausências é um procedimento através do qual se busca ampliar o mundo e dilatar o presente, evidenciando que o que não existe é produzido em sua não-existência a tal ponto, que seu objeto empírico é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais. Assim, segundo Santos, o objetivo deste procedimento sociológico é transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar ausências em presenças. O que existe numa totalidade tornada parte que escapa à relação dicotômica parte-parte em função de uma totalidade metonímica? Essa é a pergunta de uma Sociologia das Ausências. Ela visa à emancipação da experiência de seu estado de menoridade, de relação arbitrária, de produção de não-existência. Tal emancipação tem o sentido de torná-la presente e existir como alternativa às experiências hegemônicas, poder ter credibilidade e espaço dialógico na disputa política. Por isso se amplia o mundo e se dilata o presente. Cria possibilidades, evidenciando riquezas e possibilidades sociais no futuro. Socializa a contemporaneidade como direito das multiplicidades.

O processo de produção de não-existência pela Razão Indolente, segundo Santos, constrói-se através de cinco lógicas, que nos orientam a invisibilizar a experiência de suas alternativas credíveis. São elas: a lógica do único saber - a ciência; a lógica da única temporalidade - a linear; a lógica da única cultura - a européia; a lógica da única escola - a global; e a lógica do único modo de produção - o capitalismo. É através destas lógicas que, mais à frente, queremos criar um diálogo com um conceito de Sustentabilidade, ampliando sua compreensão paradigmática e epistemológica, para que o mesmo possa ser compreendido para além de uma racionalidade hegemônica que o nega cotidiana e politicamente, como um objeto empírico impossível à luz de um conjunto de alternativas de nossa sociedade e como um conceito vazio, sem a força necessária de tornar-se experiência histórica e quiçá hegemônica ou suficientemente potente.

Santos acredita que a própria Sociologia das Ausências busca ser uma alternativa epistemológica, que se afirma através da proposta das cinco lógicas ou ecologias, alternativas à produção de não-existência. A idéia da Ecologia denota multiplicidades e relações não destrutivas. São elas: ecologia dos saberes, que identifica outros saberes e critérios de rigor; ecologia das temporalidades, que inclui várias temporalidades; ecologia dos reconhecimentos, que busca

identificar diferenças iguais em legitimidade; ecologia das trans-escalas, que busca desglobalizar o local e globalizar a diversidade; ecologia da produtividade, que busca recuperar e valorizar os sistemas alternativos de produção, as organizações econômicas populares, as cooperativas operárias, as empresas autogeridas, a economia solidária, entre outros.

A Sociologia das Ausências e a das Emergências são complementares: a primeira expande o domínio das experiências sociais já disponíveis e a segunda, o domínio das experiências sociais possíveis. Quanto mais experiências disponíveis, mais experiências possíveis. Quanto maior for a multiplicidade e diversidade das experiências disponíveis e possíveis, maior será a expansão do presente e contração do futuro.

Sociologia das Ausências e Sustentabilidade

Através de sua pesquisa, Santos nos alerta para a existência de lógicas dentro de um modelo de racionalidade que nos induzem a produzir não-existências. Nas palavras de uma das intérpretes brasileiras da sociologia proposta por Santos, Marisol Mello (2008, p.35), “isto supõe um trabalho epistemológico de resgate para que possamos compreender lógicas e saberes legítimos onde o discurso hegemônico nos orienta a ver ignorâncias, primitivismos, inferioridades, particularismos e improdutividade”.

Monocultura do Saber e do Rigor do Saber

Sobre a tendência em enxergarmos ignorâncias, Santos postula que isto se dá através de uma Monocultura do Saber e do Rigor do Saber, que vê uma forma de fazer ciência e alta cultura como critérios exclusivos de verdade e de qualidade estética. Arrogam-se cânones exclusivos de produção do conhecimento ou de criação artística. O que tais cânones não reconhecem ganha a forma de inexistência, na forma de ignorância ou incultura. Neste aspecto, Mello, que se propõe a pensar em uma Pedagogia das Ausências, afirma de forma radical que:

Podemos dizer que epistemicídios são gerados em detrimento de todas as culturas, pois que a arrogância com que o rigor do saber se impõe na ciência em geral e na escola em particular sequer forma as crianças e jovens na lógica hegemônica – os índices de fracasso da/na escola estão aí para confirmar – e, pior, distorce e nega a potencialidade das alteridades que coexistem nos encontros compulsórios que ocorrem na escola (2008:40).

De alguma forma, os espaços formais do saber e do rigor do saber não conseguem converter todas as pessoas à sua lógica hegemônica. Os que não se tornam bem sucedidos tornam-se, conseqüentemente, excluídos e inseguros inclusive para afirmarem e consolidarem suas lógicas consideradas marginais.

No que se refere ao horizonte das práticas voltadas para a busca de uma Sustentabilidade, tal monocultura nos orienta a não acreditar ou duvidar da legitimidade do saber que vai sendo construído e consolidado coletivamente, nas saídas alternativas que vêm sendo forjadas por movimentos sociais e comunitários, tendo como base dados da tradição oral, conhecimentos da cultura considerada popular, que foram sendo acumulados no decorrer dos tempos, práticas experienciadas por pequenos grupos tradicionais, entre eles os povos indígenas, que expressam formas distintas de dialogar com o real para além da razão instrumental e científica. Podemos citar os saberes acumulados em relação às práticas de saúde comunitárias; a relação entre o ser humano e o meio ambiente, com suas interações, no que diz respeito à interpretação dos sinais da natureza, inscritos nos movimento das estações, nas mudanças climáticas, no comportamento dos animais; na organização dos ecossistemas; as práticas produtivas e as experiências advindas daí.

Monocultura do Tempo Linear

Para Santos a lógica hegemônica forjou também uma história com sentido e direção únicas, categorizados por progresso, desenvolvimento, modernização, revolução, crescimento, globalização. Essa lógica produziu a não-existência na forma de atraso, de não-contemporaneidade, de residualização, adjetivados como primitivo, tradicional, pré-moderno, simples, obsoleto, subdesenvolvido. Tais adjetivos são recorrentes nas linguagens mais usuais. E sempre carregam um juízo de valor. Assim, há uma contemporaneidade hegemônica, que determina um ritmo, um padrão e uma freqüência, contra extemporaneidades, que se caracterizam por tudo o que foge a este compasso. Reclama-se do ritmo acelerado da modernidade e de todo o seu aparato simbólico [que se torna obsoleto a cada dia], sente-se mal com o fast food, mas ninguém quer se sentir fora e excluído desta tendência. O que pode encurtar os tempos, as distâncias, os ciclos e os processos existenciais são mecanismos perseguidos. Basta pensarmos em nosso aumento de impaciência diante das velocidades de conexão à internet. Tal temporalidade hegemônica se manifesta nos processos vitais – modelos de agricultura, na alimentação [*fast food*] –

e também nos processo após a morte, como a cremação como forma rápida de decomposição do cadáver. E não podemos esquecer de uma postura importante de Santos como premissa de sua pesquisa: a compreensão de mundo e a forma como cria e legitima o poder social tem a ver com as categorias de tempo e temporalidade. Sentindo-nos forjados numa contemporaneidade imposta ou sentindo-nos extemporâneos a este padrão estaremos legitimando modos de compreender o mundo e o poder social.

Lógica da Classificação Social

Segundo Santos, a lógica da classificação social assenta-se na monocultura da naturalização das diferenças e hierarquias, como a racial e a sexual. A relação de dominação é concebida como consequência e não causa desta desigualdade. A não-existência é produzida sob a forma de inferioridade natural.

Nesse sentido, no Município de Petrópolis, há uma organização não-governamental⁶ que busca trabalhar com a população em situação de rua, mas de forma não assistencial. Apesar de a instituição trabalhar com organização comunitária e direitos humanos, há algum tempo os moradores de rua solicitam ajudas. Sendo assim, criou-se um projeto cuja alimentação, banho, corte de cabelo e barba são apenas uma *porta de entrada* dos beneficiários para um trabalho maior em torno de seus direitos e no resgate de sua cidadania. Após dois anos de projeto, os educadores sociais [entre os quais a primeira autora deste artigo] buscaram entrevistar os participantes do projeto sobre a importância daquele espaço em suas vidas, tendo em vista que os mesmos chegaram sem ter muito a dizer. Tal material foi sistematizado e está em fase de publicação. Mas é unânime a percepção de que estar em situação de rua é um impedimento ao acesso de todos os outros direitos. A experiência é de solidão, afastamento de familiares e amigos, exclusão socioeconômica. Mais do que os alimentos oferecidos pelo projeto e o acesso a um banho e ao corte de cabelo, os participantes relatam a importância do acolhimento por parte dos educadores sociais e dos outros participantes, a possibilidade de frequentar um espaço social onde se legitima a palavra de todos, de ouvir os relatos de outros e de partilhar os próprios, de entrar em

⁶ Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis [<http://www.cddh.org.br>] é o nome da ONG petropolitana, que já existe há 30 anos, e que há 5 iniciou um Projeto chamado Pão & Beleza, que atende preferencialmente à população que vive em situação de rua.

contato com outros discursos através dos educadores sociais, que descortinam múltiplas possibilidades e resgates. Os relatos são de imensa riqueza, mas muito extensos. Evidenciam a importância de espaços político-pedagógicos em que as pessoas excluídas possam se sentir acolhidos, reconhecidos, amados, cuidados, enfim, estarem em interação, uma com as outras, para fazer o caminho inverso que as levou a tão longe da sociedade e de si mesma. Como diz Demo (1999, p.109), “[...] Mais grave do que passar fome é não saber que a fome é inventada e imposta, podendo-se mudar esta história, desde que o pobre se torne sujeito capaz de história própria”.

Lógica da Escala Dominante

Uma das lógicas com presença marcante nos relatos dos projetos sociais que buscam uma experiência de economia solidária é a da escala dominante da globalização, isto é, aquela que nos faz reconhecer o universal como único critério de legitimidade, colocando o local como pequeno e irrelevante. Tal lógica nos faz crer que a dimensão contextual é particular, portanto, menor.⁷ A não-existência aparece sob a forma do particular e do local.

Um dos maiores exemplos históricos da aplicação deste tipo de lógica encontra-se na Índia, e remonta à época de Mahatma Gandhi. Chamado pelos ingleses de “faquir semi nu”, Gandhi consegue lançar as sementes de um movimento local de sustentabilidade, chamado *Swadeshi*, assim definido:

[...] é aquele espírito em nós que nos restringe ao uso e serviço do que nos cerca directamente, com exclusão do que está mais distante. [...] No domínio da economia, devo usar apenas coisas produzidas pelos meus vizinhos directos e servir essas indústrias tornando-as mais eficientes e completas naquilo em que possam revelar-se em falta [Gandhi (*apud* SANTOS 2004:803)].

O símbolo da *Charka*, que hoje se encontra na bandeira da Índia, tinha este significado: evocar a importância do local sobre

⁷ Um dos autores desse artigo trabalhou por 18 anos em uma Organização Não-Governamental que buscava assessorar grupos e projetos sociais com iniciativas de economia solidária, baseados em alguns princípios da chamada Sustentabilidade e pode perceber, ao longo dos anos, o quanto esta lógica de descredibilidade da escala local atravessa as experiências, ainda que estas apontem para horizontes promissores.

qualquer global. Ainda que os ingleses entendessem que Gandhi comandava uma resistência em relação à Inglaterra, através da campanha para que os indianos fiassem o seu próprio tecido, mais do que isto, a prática da *Charka* em casa residência sugere significar uma cooperação das forças e instâncias locais.

Hoje assistimos ao florescimento de inúmeras iniciativas locais, comunitárias e coletivas, reunidas sob o que se convencionou chamar de Economia Solidária.⁸ São grupos populares e comunitários, que se juntam em forma de grupos de produção, associações e cooperativas, e buscam fortalecer suas localidades com atividades econômicas – pautadas não no lucro mas no trabalho humano – que agrupam sujeitos participativos e responsáveis com os processos de produção de bens e serviços, com o meio ambiente e as relações de justiça social.

Mas também presenciemos as crises que atravessam estes grupos, característica da novidade da proposta em questão, que não apenas supõe conhecimentos e meios de manutenção, mas sobretudo lógicas novas, jeitos inéditos de pensar as relações, que possam conferir a tais experiências as inteligibilidades e potencialidades que possuem.

Estigmatizados por uma lógica que legitima apenas as grandes escalas [denominada de global por Santos], muitas experiências sociais [assessoradas e visitadas por um dos autores], locais, desacreditam de si mesmas e tendem a achar que tais experiências são frágeis demais, pequenas demais, particulares demais para que possam representar alternativas contundentes ao modelo de Mercado Global que se faz presente. Tal processo faz parte, muitas vezes, da perspectiva também dos educadores sociais e das organizações que apóiam tais grupos.

Face a essa lógica, precisamos incorporar categorias que nos permitam qualificar melhor a dimensão *local* como espaço

⁸ A história dos movimentos de economia solidária que começa, no Brasil, nos anos 80 do século passado, mescla-se à história dos próprios movimentos sociais pelas lutas por emprego, cidadania, autogestão, cooperativismo, motivada pelas pastorais, organizações não-governamentais, sindicatos, associações. Contudo, ganham contornos mais nítidos na década de 90. Um importante ator social é o POLÍMICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL [PACS], com sede no RJ, que tem como um dos idealizadores o economista Marcos Arruda. Tal movimento veio se fortalecendo nas pautas dos Fóruns Sociais Mundiais e hoje já se faz representar no Fórum Nacional de Economia Solidária. Segundo o Secretário Nacional de Economia Solidária, o economista Paul Singer, em entrevista ao O GLOBO Razão Social (17 de agosto de 2010, p. 5), até 2007 existiam no setor 22 mil empreendimentos em 52% dos 5.564 municípios brasileiros.

possível de construção de alternativas viáveis e sustentáveis, como auto-estima, solidariedade, associativismo, coletivismo, empoderamento, cultura local, organização, empreendedorismo, crédito solidário, entre outras.

Lógica Produtivista

Por fim, como a quinta e última lógica proposta por Santos, apresentamos a lógica produtivista que determina que só os processos produtivos de natureza capitalista são legítimos. Nesta lógica o crescimento econômico é um objetivo racional inquestionável, assim como o critério de produtividade, sempre maximizado. A não-existência é produzida sob a forma de improdutivo que, aplicada à natureza é sinônimo de esterilidade e, aplicada ao trabalho, é sinônimo de preguiça ou desqualificação profissional.

Tal lógica que se tece junto às anteriores, e se manifesta em práticas locais consideradas sem o conhecimento tecnológico devido, extemporâneas, empobrecidas, em escalas pequenas e locais e improdutivas à luz de um modelo de produção, encontra muitos exemplos em experiências de agricultura familiar e orgânica.

Em relação à Agroecologia, uma das maiores dificuldades em relação ao trabalho social e de formação com agricultores familiares é a crença de que seus métodos tradicionais de produção não têm sustentação no mundo atual, isto é, na economia de mercado. Algumas instituições que trabalham com Agroecologia no Brasil⁹ listam inúmeros fatores que explicariam esta situação: a baixa auto-estima do pequeno agricultor, que se sente, de uma só vez, primitivo, ignorante, menor, pequeno e desqualificado para manter a tradição agroecológica de seus antepassados; o conflito de distintas temporalidades, exigindo uma nova relação com os meios de produção. Para ilustrar esse diagnóstico citamos o relato de um agricultor da região do interior do Paraná registrado por um educador da Linha Ecológica [uma Rede de Educadores Ambientais, do Estado do Paraná, cujo projeto consiste numa parceria entre a Itaipu Binacional e o Conselho dos Municípios Lindeiros ao Lado de Itaipu]. Ele se referia às grandes empresas de aves da região. Dizia ele que enquanto um frango demorava 6 meses para crescer e ser abatido, hoje tais empresas criaram tecnologias que

⁹ Na Região Sul há duas grandes organizações, hoje históricas, que trabalham com Agroecologia e relatam estes processos, através dos educadores sociais: O Centro Ecológico – Assessoria e Formação em Agricultura Ecológica [Ipê – Serra] e o CETAP – Agricultura Ecológica [Passo Fundo – RS].

encurtaram este período para 28 dias, tempo incompatível com aquele da produção do pequeno agricultor. Diante desta nova experiência de temporalidade, ele precisa recorrer a tais tecnologias para sobreviver no jogo do mercado, ainda que isto signifique uma prática que afeta não só o meio ambiente, mas a saúde humana envolvida; ainda entre os fatores que compõe a lógica dos agricultores está a dificuldade em compreender a complexidade dos processos manifestados na forma de equilíbrios naturais; a necessidade premente financeira como prioridade do próprio negócio; a inexistência de mercados alternativos às práticas tradicionais; a impossibilidade de concorrência.

O mesmo processo pode ser percebido em relação a algumas práticas de Economia Solidária visitadas pela primeira autora deste artigo onde se busca criar e resgatar outras formas de produtividade, que relação entre os produtores, de relação com o tempo, que obedecem a novos critérios, a novas temporalidades, a novos mercados e economias, a novas relações com a economia globalizada. Um dos fatores que podem justificar tais dificuldades, neste âmbito, é a necessidade de um retorno financeiro imediato, ou seja, a falta de um capital de giro aplicado, gerando pressões na vida financeira de seus associados.

O trabalho de assessoria e formação tanto no âmbito da agricultura familiar como no âmbito dos grupos de economia solidária precisa se debruçar sobre as premissas de mundo, de modelos de desenvolvimento, de formas de conhecimento, de temporalidade, de relações, de produção, de mercado, de forma que os envolvidos possam ir se resgatando como sujeitos, ao mesmo tempo em que resgatam as experiências, tornadas ausentes pela racionalidade *indolente*.

À guisa de conclusão

É objetivo de toda e qualquer ciência conhecer a realidade. A Sociologia, enquanto ciência humana, em virtude da complexidade de seu objeto de estudo, não pode apresentar uma única interpretação dessa realidade. Daí a impossibilidade da existência de um quadro teórico unificado, sobretudo, porque também vivemos em um momento histórico em que nos vemos interpelados à dialogar de forma mais abrangente com o conjunto da realidade que nos cerca, extremamente complexa, e que nos imputa a exigência de novos e infinitos domínios.

O estudo que realizamos reúne-se a uma gama de outros que vêm em resposta à postura adotada pelas ciências sociais e humanas contrárias a leituras simplificadas da realidade, levantando a bandeira

da complexidade.¹⁰ Em que pese a vasta bibliografia que se inscrevem nesta linha, nosso intuito não foi de apresentá-la de modo sistemático, já que tal procedimento fugiria ao escopo desse artigo. Porém, fizemos uma breve incursão num modo de interpretação da realidade de países em desenvolvimento com o Brasil que se singulariza pela proposição de um novo olhar sobre a relação entre conceitos técnico-científicos e contextos sociais, tanto do ponto de vista conceitual como metodológico. A proposição de um procedimento sociológico que, num contexto de pesquisa em que se colocava em questão a reinvenção da emancipação social, tem como objetivo dar legitimidade às experiências que vêm sendo desenvolvidas como alternativas contra-hegemônicas à globalização neoliberal, a Sociologia das Ausências de Boaventura Souza Santos, mas que estão sendo desperdiçadas por um modelo de racionalidade hegemônico que as torna invisíveis e não existentes.

Através das cinco lógicas de produção de não-existência descritas resumidamente e analisadas anteriormente, Boaventura de Sousa Santos nos oferece algumas categorias imprescindíveis para que melhor possamos compreender as experiências de Sustentabilidade – em seus princípios, teorias, inspirações, experiência práticas e tecnologias acumuladas.

Mais do que mudar as categorias, Santos nos sugere que precisamos mudar a própria racionalidade, sobretudo descobrindo categorias que nos ajudem a pensar a vida para além do hegemônico estabelecido. Suas categorias, extremamente polêmicas quando se coloca em questão a cultura ocidental, ajudam-nos não apenas a compreender a importância de um projeto desejado como o da Sustentabilidade para o futuro do Planeta e da Humanidade, mas nos adverte que “sem uma crítica do modelo de racionalidade ocidental dominante pelo menos durante os últimos duzentos anos, todas as propostas apresentadas pela nova análise social, por mais alternativas que se julguem, tenderão a reproduzir o mesmo efeito de ocultação e descrédito” (2004, p.778).

¹⁰ Não é pequena essa produção intelectual dos últimos trinta anos, mas podemos afirmar que a principal pergunta que norteou o trabalho de autores como Blandin (2002), Callon, Lascoumes e Barthe (2001), Latour (1991, 1993, 1999, 2001), Law (2002), Stengers e Bensaud-Vincent (2003) e Arriscado (1997), em suas diferentes formulações, pode ser expressa do seguinte modo: como o objeto [conceitual tipo “sustentabilidade”], que não tem a mesma natureza da sociedade é produzido por essa sociedade e, tal como ela, tem a capacidade de recompor laços sociais?

A Sociologia das Ausências significa apenas uma introdução reflexiva e epistemológica sobre a Sustentabilidade. A construção deste diálogo entre Sustentabilidade e a Sociologia das Ausências evoca duas grandes questões que nos colocam a caminho na busca da compreensão do que vem a ser um Modo de Vida Sustentável, conceito marcante apresentado no documento A Carta da Terra, como um novo sonho civilizatório: a necessidade de *descolonizarmos* a nossa lógica desenvolvimentista e o resgate da capacidade de tornar legítimas as diversas experiências ricas que vêm sendo ensaiadas no campo social, tornadas não-existências por um processo contínuo de produção de apagamentos que nos orientam ao desperdício, como bem diz Santos. Resta-nos ainda muitas outras etapas do trabalho, sobretudo o Trabalho de Tradução, que nos possibilitará, sob a égide de novas lógicas, criar inteligibilidade entre a diversidade das experiências de sustentabilidade, fortalecendo-as naquilo que possuem de alternativas de Humanidade e de vida sobre o Planeta, em relação a este modelo hegemônico que já nasceu insustentável (mas que se sustenta nas paixões e interesses mercantilistas para o acúmulo de riquezas).

Esperamos, assim, ter contribuído para o estabelecimento de uma aproximação entre o ideal de sustentabilidade que vem conseguindo, lentamente, fincar raiz, com maior ou menor intensidade, no solo das sociedades contemporâneas, industrializadas, ou em processo de industrialização, e a Sociologia das Ausências de Boaventura de Sousa Santos. Contudo, como as ações dos atores são sempre situadas historicamente e organizadas por relações sociais diversas, cabe então ampliar nosso trabalho abrangendo a leitura dos outros dois procedimentos sociológicos que integram o modelo desenvolvido por Santos, a fim de testá-lo, empiricamente, com base em estudos de caso situados localmente no território nacional. Tal orientação metodológica torna-se necessária posto que no final da primeira década do Século XIX o Brasil deixará de ser governado por um presidente oriundo de um partido ideologicamente contrário às teses do capitalismo liberal anglo-saxão que encontrou porto seguro nas ações do governo federal na última década do século passado. Cabe se perguntar sobre o que mudou ao longo dos oito anos de governo do Partido dos Trabalhadores? Qual é a natureza e a extensão das mudanças? Ainda são pertinentes as análises empreendidas por Boaventura de Souza Santos sobre a realidade brasileira? Ou será que precisaremos de um novo modelo sobre como os processos humanos e ecossistêmicos interagem através do tempo e do espaço?

Referências

A CARTA DA TERRA. Valores e Princípios para um Futuro Sustentável. Publicação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis, Itaipu Binacional, Ministério do Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Stamppa Ltda, outubro de 2004.

ACSELRAD, H. “Políticas ambientais e construção democrática”, In: SILVA, M. (orgs.) *O Desafio da Sustentabilidade. Um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 75-96.

BECKER, D. F. “Sustentabilidade: Um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional”, In: BECKER, D. F. (org.), *Desenvolvimento Sustentável: necessidade e ou possibilidade?* 3ª ed. Sant Cruz do Sul: Edunisc, 2001, p. 27-94.

BLANDIN, B. *La Construction du Social par les Objets*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002.

BOFF, L. *Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres*. São Paulo: Ática, 1995.

BOFF, L. *Ética da Vida*. Brasília: Letra Viva, 1999.

BOFF, L. *Ethos Mundial. Um consenso mínimo entre os humanos*. Brasília: Letra Viva, 2000.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.

BURSZTYN, M. Políticas Públicas para o Desenvolvimento (Sustentável), In: BURSZTYN, M. (org), *Difícil sustentabilidade. Política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 59-76.

CALLON, M. *Éléments pour une sociologie de la traduction. La domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins-pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc*, *L'Année sociologique*, 36, 1986, p. 189-206.

CALLON, M. et al. *Agir dans un monde incertain. Essai sur la démocratie technique*. Paris: Seuil, 2001.

DEMO, P. *Educação e Direitos Humanos: o desafio de superar a pobreza política*, *Revista Poema Pedagógico*, n. 7, 1999, p.109.

GÓMEZ, W. Desenvolvimento Sustentável, Agricultura e Capitalismo, In: BECKER, D. F. (org.), Desenvolvimento Sustentável: necessidade e ou possibilidade? Edunisc: Santa Cruz do Sul, 2001, p. 95-116.

HARVEY, D. A brief history of neoliberalism. New York: Oxford University Press, 2007.

HOLMGREN, D. Permaculture: Principles and Pathways Beyond Sustainability. Drouin Victoria: Holmgren Design Services, 2002.

LATOUR, B. Aramis ou l'amour des techniques. Paris: La Découverte, 1991.

LATOUR, B. La clef de Berlin et autres leçons d'un amateur de sciences. Paris: La Découverte, 1993.

LATOUR, B. Politiques de la nature. Comment faire entrer les sciences en démocratie. Paris: La Découverte, 1999.

LATOUR, B. Gabriel Tarde and the end of the social", In: JOYCE, P. (ed.). The Social in Question. New learnings in the History and the Social Sciences, London, 2001.

LAW, J.; MOL, A. Complexities. Durham and London: Duke University Press, 2002.

MACHADO, C.J.S, A questão ambiental brasileira: uma análise sociológica do processo de formação do arcabouço jurídico-institucional, Revista de Estudos Ambientais, v.2, n.2-3, 2000, p. 5-2000.

MELLO, M.B.C. Diferentes lógicas no ensinar e no aprender: por uma pedagogia das ausências, In: ALFABETIZAÇÃO: REFLEXÃO SOBRE SABERES DOCENTES E SABERES DISCENTES. São Paulo: Cortez Editora, 34-54, 2008.

MOLLISON, B.; SLAY, R.M. PERMACULTURE: A Designers' Manual. Tasmania: Tagari Publications, 1997.

MORIN, E. A Noção de Sujeito, In: SCHNITMAN, D. F. Novos paradigmas, cultura e subjetividade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 45-55.

NUNES, J. A. Publics, mediations and situated constructions of science: the case of microscopy", Oficina do CES, dez., 1997, n.103.

NUNES, J. A. "A Retomada Político-Emancipatória em Tempos de Globalização: A Saúde como Laboratório?", Tempus – Actas de Saúde Coletiva, v. 2, n.1, 2008, p. 87-102.

SANTOS, B.S. Um Discurso sobre as Ciências. 12^a ed. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

SANTOS, B.S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências, In: SANTOS, B.S. (org.), Conhecimento Prudente para uma Vida Decente. São Paulo: Cortez Editora, 777-821, 2004.

SANTOS, B.S. Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Participação Social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

SILVA, C.L.; MENDES, J.T.G. (orgs.). Reflexões sobre o Desenvolvimento Sustentável. Agentes e interações sob a ótica multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2005.

SINGER, P. Entrevista 'A economia solidária é opção ao capitalismo', O GLOBO Razão Social, 17 de agosto de 2010, pp. 4-5.

STENGERS, I.; BENSUAUDE-VINCENT, B. 100 mots pour commencer à penser les scienc. Paris: Les Empêcheurs de Penser en rond, 2003.

VEIGA, J.E. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XX. Rio de Janeiro: Garammond, 2006.